**IMPÔSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES — TRANSFERÊN-
CIA DE MERCADORIAS**

— *Interpretação do art. 141, § 5.º, da Constituição.*

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Cia. América Fabril S. A. *versus* Estado do Rio de Janeiro
Recurso extraordinário n.º 32.342 — Relator: Sr. Ministro

BARROS BARRETO

ACÓRDÃO

Vistos, examinados e discutidos êstes autos de recurso extraordinário n.º 32.342, do Rio de Janeiro, sendo recorrente: Cia. América Fabril S. A. e recorrido, o Estado do Rio de Janeiro:

Acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em 1.ª Turma por votação unânime, conhecer do recurso e dar-lhe provimento.

O relatório do feito e as razões de decidir constam das nctas dactilográficas que precedem.

Custas na forma da lei.

Rio, janeiro de 1957. — *Barros Barreto*, Presidente e Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Barros Barreto —
Pela sentença de fls. 37-42, o douto

Juiz da comarca de Magé, Estado do Rio de Janeiro, julgou procedentes os embargos da Companhia América Fabril S. A., e, conseqüentemente, insubsistente a penhora procedida no executivo que, contra aquela, moveu a Fazenda Pública Estadual, para cobrança da quantia de Cr\$ 585.795,10, constando da certidão ajuizada.

Houve recurso de ofício, provido, em parte, pela 2.ª Câmara do ilustre Tribunal de Justiça, nos têrmos do seguinte acórdão tomado sem divergência de votos:

“O valor atribuído à mercadoria transferida de um para outro Estado, pelo fabricante ou produtor, a fim de formar estoque, não é definitivo para o efeito do pagamento do impôsto de vendas e consignações, se o valor dado não corresponde ao preço de venda.

O impôsto se completará por ocasião da venda da mercadoria transferida, sendo lícito ao Fisco exigir a diferença relativa ao excesso pela lei vigorante na época da venda.

A recorrida produziu neste Estado certa mercadoria e a transferiu para formação de seu estoque, para o Distrito Federal.

Por ocasião da transferência pagou, por imposição legal, e adiantadamente, o impôsto de vendas e consignações, sobre o valor por ela estimado das mercadorias transferidas, à taxa de 2%, na época vigente.

Entende a recorrida que, por haver pago êsse impôsto sobre o preço estimado, nada mais deve, não podendo pagar a majoração de 1%, sobre êsse estoque, porque a lei que elevou a taxa de 2 para 3% é posterior à transferência das mercadorias e ao pagamento efetuado.

O fisco, por seu turno, entende que o impôsto pago sobre o preço estimado, não é definitivo, só se podendo apurar o seu valor para o efeito do pagamento do impôsto, por ocasião da venda dessas mercadorias.

Não resta dúvida que a interpretação fiscal se ajusta ao preceito da lei que regula o impôsto de vendas e consignações.

O Decreto-lei n.º 915, de 1 de dezembro de 1938, estabelece nos §§ 1.º e 2.º do art. 2.º, que, quando as mercadorias destinadas à venda ou consignação forem produzidas em um Estado e transferido para outro, pelo fabricante ou produtor, a fim de formar estoques em filial, sucursal, depósito, agência ou representante, o impôsto será pago, adiantadamente, por ocasião da saída, ao Estado em cujo território foram produzidas.

Objetiva êsse dispositivo garantir aos Estados produtores a arrecadação do impôsto, protegendo-o contra a evasão resultante da transferência de produtos para a formação de estoque. Por isso mesmo é êle pago, adiantadamente.

Completando o pensamento do legislador, e para preservar o Estado de

qualquer burla, o § 2.º esclarece que se o preço de venda ou consignação fôr maior do que aquêle atribuído à mercadoria no ato da transferência, a diferença do impôsto relativa ao excesso será devida ao Estado em que forem produzidas tais mercadorias.

Claro está que o valor atribuído ou estimado não é definitivo para o pagamento do impôsto, que só se completará por ocasião da venda da mercadoria. Se o valor aí fôr, na realidade, o valor de venda, não há excesso a ser cobrado; mas se o valor da venda excede ao estimado ou atribuído por ocasião da transferência há-de ser pago o impôsto relativo à diferença do preço estimado e o da venda.

No caso, o que ocorre é que, transferidas as mercadorias para o Distrito Federal e pago o impôsto estimado pelo fabricante à taxa de 2% vigente, quer o Fisco cobrar sobre a diferença do preço atribuído ao produto e o preço da venda o impôsto na base de 3%, ou seja mais 1% do impôsto pago. Justifica tal cobrança dizendo que a Lei n.º 38, de 1-12-47, elevou a taxa para 3% e como a venda das mercadorias transferidas foi efetuada na vigência desta lei o impôsto relativo ao excesso deve ser pago à taxa de 3%, e não de 2%, não mais vigorante.

Aqui é indispensável saber-se se o impôsto relativo ao excesso deve ser cobrado à taxa de 2%, vigorante à época da transferência das mercadorias, ou à taxa de 3%, vigorante à época das vendas dessas mesmas mercadorias.

Quando o fabricante ou produtor paga o impôsto no ato da transferência pelo valor atribuído ao produto, êsse impôsto foi integral e definitivo? Sim e não. Sim, se o valor estimado representa o preço da venda. Neste caso não há mais impôsto a pagar. Não, se o valor atribuído é inferior ao preço por que é vendida a mercadoria. Aqui, o impôsto não é definitivo, nos termos da própria lei, porque o impôsto recai sobre a venda e por ocasião desta é que se apura o seu preço.

Qual a taxa a ser cobrada por essa diferença?

E' evidente que a taxa a ser cobrada pela diferença é a de 3%, por isso que o ato, para os efeitos fiscais, só se completou na vigência da nova Lei n.º 38, por ocasião da venda das mercadorias estocadas.

A sentença julgou a ação improcedente porque, segundo afirma, o Fisco pretende cobrar mais 1% sôbre a mercadoria estocada. Houve equívoco. Não seria possível, nem legal, tal cobrança. O que o Fisco está exigindo é o que a lei lhe concede: o pagamento do impôsto sôbre a diferença do preço estimado e o de venda. E em tôrno dêsse aspecto girou o debate administrativo.

Quanto à multa e a quantia de . . . Cr\$ 27.895,00, devem ser excluídas da condenação, por isso que não houve má fé da recorrida ao recusar o pagamento exigido, tanto que defendeu-se, embora sem êxito, na via administrativa.

Face ao exposto:

Acordam os juizes que integram a Segunda Câmara do Tribunal de Justiça em dar provimento ao recurso de officio para, reformando, em parte, a sentença, sem divergência de votos, condenar a recorrida, Companhia América Fabril S. A., a pagar tão-somente o impôsto relativo à diferença entre o preço estimado e o de venda, ou sejam Cr\$ 185.966,90, excluídas a multa e a quantia de Cr\$ 27.895,00, constantes da certidão de fls 3.

Niterói, 12 de janeiro de 1956. — *Alfredo Cumplido de Sant'Ana*, Presidente com voto. — *César Salamonde*, Relator".

Mediante petição de fls. 60, que leu a seguir, a Companhia América Fabril veio com recurso extraordinário, buscando amparo na Constituição de 1946, art. 101, n.º III, letras *a* e *d* (lê)

As partes litigantes juntaram razões, a fls. 65 e 68, oficiando nesta Suprema Côrte, o eminente Dr. Procurador Geral, como se vê do parecer, a fls. 79:

"Inconformada com o venerando acórdão retro, a Companhia América Fabril S. A. manifestou o presente recurso extraordinário com apoio no art. 101, inciso III, letras *a* e *d*, da Consti-

tuição, no qual argumenta com a existência de variação do preceito contido no art. 141, § 3.º, da mesma Lei Maior, segundo o que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, terminando por trazer à colação diversos acórdãos.

Preliminarmente, entendemos não configurada a argüida divergência de julgados, pois, na espécie de cobrança de impôsto de vendas e consignações, relativo à diferença entre o valor no momento da passagem na alfândega estadual e o de venda efetiva, as espécies apontadas como divergentes discutirem, apenas, matérias semelhantes, mas não idênticas.

Não ocorreu, outrossim, a menor violação ao texto constitucional acima apontado, pois na espécie se não configurava qualquer direito adquirido do recorrente ao pagamento de determinada taxa de impostos, tendo em vista só surgir o crédito fiscal definitivo com a venda efetiva da mercadoria e esta ainda não haver sido realizada, tendo ocorrido, simplesmente, pagamento adiantado daquele impôsto ao passar a mercadoria do Estado recorrido para outro, o qual era logicamente de ser completado ao aumentar-se a taxa de tributo. Na verdade, a matéria dos autos é das mais simples e pede a maisomezinha aplicação dos princípios gerais de direito tributário, especialmente o relativo ao fato gerador do impôsto.

Com efeito, se o impôsto só é devido no momento da efetivação de seu fato gerador, ou seja a venda, o fato da passagem pela barreira alfandegária, onde é de ser paga parte do tributo signífica, apenas, mero adiantamento sôbre o valor real do tributo, indispensável para evitar a completa evasão fiscal, pois seria extremamente difícil ao Estado sujeito da obrigação efetiva o contrôle sôbre o montante da venda realizada fora de seu território. Sendo êsse o único motivo da cobrança antecipada, não há como negar que, aumentada a taxa do impôsto, automaticamente torna-se devida importância correspondente à diferença entre o va-

lor da primitiva taxa e aquêla da nova, a menos que se prove ter ocorrido, nesse ínterin, venda do produto, fato nem sequer argüido pelo recorrente em suas razões.

Somos, pois, de parecer que se não tome conhecimento do recurso.

Distrito Federal, 13 de julho de 1956. — *Plínio de Freitas Travassos*, Procurador-Geral da República”.

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Barros Barreto (Relator) — À data da venda da mercadoria produzida ou fabricada pelo recorrente no Estado do Rio de Janeiro, vale dizer, no momento da transferência, para o depósito no Distrito Federal, fôra pago o impôsto devido de vendas e consignações (2%) consoante a lei vigente (Decreto-lei n.º 1.628, de 27 de fevereiro de 1946).

E, destarte, não podia ter efeito retroativo a Lei n.º 36, de 1 de dezembro de 1947, que estabeleceu aumento de impôsto, a fim de alcançar o estoque existente, objeto de transação anteriormente consumada. De notar, ainda, que a hipótese vertente não cuida

de diferença de taxa por fôrça de variação do preço correspondente ao valor estimado ou atribuído à mercadoria, na data da transferência, quando, então, teria lugar a incidência fiscal, majorada para 3%.

Decidindo, diferentemente, o venerando acórdão de fls. 56 malferiu o preceito do art. 141, § 3.º, da Carta Maior; e demais disso, tenho por demonstrado o conflito, entre o mesmo aresto e outro de que fui relator trazido a cotejo e proferido na apelação cível n.º 9.154 (*Diário da Justiça*, de 4 de março de 1949, pág. 429).

A vista do exposto, conhecendo do recurso, por ambos os dispositivos invocados, dou-lhe provimento, para o fim de restaurar a sentença da 1.ª instância.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: Por votação unânime, conheceram do recurso, a que deram provimento.

Votaram com o Relator, Sr. Ministro Barros Barreto, Presidente, os Srs. Ministros Cândido Mota, Ari Franco, Nelson Hungria e Luís Gallotti.